

AS ESTRATÉGIAS PORTUGUESAS DE GUERRA COLONIAL: A AFRICANIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS (FAP) EM MOÇAMBIQUE (1964-1974)

Dr. Filipe Pitrosse*

Dr. Gilberto de Souza Vianna**

RESUMO

O presente artigo pretende mostrar o processo de africanização das Forças Armadas Portuguesas (FAP) e as suas forças auxiliares em Moçambique. Como uma estratégia portuguesa, buscou diminuir recursos humanos oriundos da metrópole para conseguir respostas mais efetivas aos movimentos guerrilheiros pró-independência. Inicialmente, as tropas portuguesas em conflito eram compostadas, maioritariamente, por soldados recrutados na metrópole, esses soldados, em grande maioria, cumpriam uma comissão militar de cinco anos; na medida em que a guerra foi avançando no terreno, o regime do Estado Novo passou a incorporar os africanos nessa instituição militar.

Palavras-Chaves: Guerra Colonial. Africanização. Portugal. Moçambique.

PORTUGUESE COLONIAL WAR STRATEGIES: THE AFRICANIZATION OF PORTUGUESE ARMED FORCES (FAP) IN MOZAMBIQUE (1964-1974)

ABSTRACT

This article aims to show the process of Africanization of the Portuguese Armed Forces (FAP), and its auxiliary forces in Mozambique. As a Portuguese strategy, a decrease in human resources from the metropolis, and achieving more effective responses to the pro-independence guerrilla movements. Initially, the Portuguese troops in conflict that were composted, mainly by soldiers recruited in the Metropolis, these soldiers in great majority fulfilled a military commission of 5 years. However,

* Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestrado em História Contemporânea do século XX pela Universidade Nova de Lisboa. cursou a graduação em Ensino de História e Geografia (Bacharelato) pela Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane e em Ensino de História (Licenciatura) pelo Instituto Superior Pedagógico (atual Universidade Pedagógica), em Maputo. É Professor Auxiliar na Universidade Pedagógica de Moçambique, onde leciona as disciplinas de Epistemologia das Ciências Sociais e História de Moçambique no curso de graduação em Ensino de História.

** Pesquisador Associado Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2001). Possui graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1993) e Economia pela Universidade Gama Filho (UGF). Fundador do Laboratório de Pesquisa em Defesa e Segurança Pública (LEPDESP). Atualmente é oficial da reserva do Exército, conferencista e membro do corpo permanente da Escola Superior de Guerra.

as the war progressed on the ground, the Estado Novo regime began to incorporate Africans into this military institution.

Keywords: Colonial War. Africanization. Portugal. Mozambique.

ESTRATEGIAS PORTUGUESAS DE GUERRA COLONIAL: LA AFRICANIZACIÓN DE LAS FUERZAS ARMADAS PORTUGUESAS (FAP) EN MOZAMBIQUE (1964-1974)

RESUMEN

Este artículo pretende mostrar el proceso de africanización de las Fuerzas Armadas Portuguesas (FAP) y sus fuerzas auxiliares en Mozambique. Como estrategia portuguesa, buscó reducir los recursos humanos de la metrópoli para lograr respuestas más efectivas a los movimientos guerrilleros independentistas. Inicialmente, las tropas portuguesas en conflicto estaban compuestas, principalmente, por soldados reclutados en la metrópoli, estos soldados, en gran mayoría, cumplían una comisión militar de cinco años; a medida que avanzaba la guerra sobre el terreno, el régimen del Estado Novo comenzó a incorporar africanos a esta institución militar.

Palabras clave: Guerra colonial. Africanización. Portugal. Mozambique.

1 INTRODUÇÃO

Portugal foi o primeiro país europeu a chegar à África (século XV) e o último a sair (século XX, em 1974), no entanto os últimos 13 anos desta jornada foram longos e difíceis, marcados pela incessante guerra em suas colônias africanas (1961-1974). Essas guerras, dependendo do ponto de vista, são identificadas na literatura por diversos nomes, como Guerra do Ultramar¹, Guerra Colonial² ou Guerra de Independência³. De início, não se pode negar que foi um fato extraordinário um país relativamente pobre como Portugal poder suportar, durante um longo período e com um aparente sucesso, uma guerra irregular durante 15 anos em 3 Teatros de Operações (TO) bem distintos.

A nação portuguesa, na época dessas guerras na África, estava sob um governo autoritário. A ditadura da nação portuguesa foi antecedida pelo golpe militar de 28 de maio de 1926 – o golpe que derrubou o regime republicano proclamado a 5 de

1 Designa Guerra de Ultramar o período (1961-1974) em que as Forças Armadas portuguesas estiveram envolvidas em confronto com forças armadas, organizado pelos movimentos de Libertação das então províncias Ultramarinas Portuguesas (Angola, Moçambique e Guiné-Bissau).

2 Geralmente chamado assim por autores que defendem o equívoco da permanência na guerra (nota do autor).

3 Houve muitas guerras e revoluções nas possessões africanas portuguesas ao longo desses séculos, mas, em certo sentido, as guerras de libertação realmente obtiveram sucesso com uma resolução da ONU em 1955.

outubro de 1910⁴. A liderança do golpe convidou o professor universitário António de Oliveira Salazar para chefiar o Ministério das Finanças (MENEZES, 2011, p 98).

Um dos problemas com que Portugal se debatia era o déficit crônico das contas públicas, assim a liderança dos golpistas depositou confiança no Professor Salazar para equilibrar essas contas. Não foi só o déficit crônico que contribuiu para que os militares derrubassem o regime republicano. Oficialmente, o Estado Novo foi criado em 1933 com a entrada em vigor de uma Constituição elaborada quando Salazar se tornou Presidente do Conselho de Ministros. No entanto, António de Oliveira Salazar⁵ viu-se, desde 1961, confrontado com os custos financeiros, diplomáticos e humanos de uma guerra irregular, com Teatro de Operações (TO) bem distantes entre si, de características diferentes, cada um com uma complexidade própria.

O presente artigo pretende mostrar o processo de africanização das Forças Armadas Portuguesas (FAP) e as suas forças auxiliares em Moçambique. Como uma estratégia portuguesa, buscou-se diminuir recursos humanos oriundos da metrópole para conseguir respostas mais efetivas aos movimentos guerrilheiros pró-independência. Inicialmente, as tropas portuguesas em conflito eram compostas, maioritariamente, por soldados recrutados na metrópole, esses, em grande maioria, cumpriam uma comissão militar de cinco anos; na medida em que a guerra foi avançando no terreno, o regime do Estado Novo passou a incorporar os africanos nessa instituição militar.

2 O FIM DA SEGUNDA GUERRA, A GUERRA FRIA E AS TRANSFORMAÇÕES GEOPOLÍTICAS

Em plena Segunda Guerra Mundial, Winston Churchill, então Primeiro Ministro da Inglaterra, e o Presidente norte-americano, Franklin D. Roosevelt, assinaram a Carta do Atlântico em agosto de 1941. Em seu teor, questionava-se a ideia de legitimidade do colonialismo⁶. A Carta do Atlântico advogava o direito ao autogoverno para todos os povos e nações, pondo em causa a ideia de continuidade da existência do sistema colonial, como se vê no artigo terceiro: “Respeitam o direito que assiste a todos os povos de escolherem a forma de governo sob a qual querem viver; e desejam que se restitua os direitos soberanos e a independência aos povos que deles foram despojados pela força”.

Os ventos de mudança no continente africano intensificaram-se a soprar após

4 O golpe militar ocorrido a 28 de maio de 1926 derrubou a I República portuguesa, que havia sido proclamada a 5 de outubro de 1910. (SILVA, António Duarte, O império e a constituição colonial portuguesa (1914-1974). Lisboa: 1.ª edição, Imprensa de História Contemporânea, 2019, p. 75)

5 Já no fim do regime em 1974, por Marcelo Caetano.

6 Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. “Carta do Atlântico – 1941”. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/carta-do-atlantico-1941.html>. Acesso em: 2 jul. 2020.

o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Para esses ventos de mudança, contribuíram fatores, como: a participação dos colonizados nos combates da Segunda Guerra Mundial, o que permitiu a convivência e a troca de experiências com as tropas das potências coloniais, alargando, dessa maneira, os seus horizontes sobre a sua situação de colonizado; e o congresso do movimento Pan-africanismo de 1945⁷, realizado na cidade inglesa de Manchester, que se distanciou das resoluções dos congressos anteriores, posicionando-se a favor da descolonização dos povos africanos. Esses ideais foram resumidos, posteriormente, na fala do líder ganense Kwane Nkrumah (2019, p. 103):

Durante séculos, os europeus dominaram o continente africano. O homem branco se arrogou o direito de governar e ser obedecido pelos não-brancos; sua missão, dizia ele, era “civilizar” a África. Sob esse manto, os europeus roubaram o continente de vastas riquezas e infligiram sofrimentos inimagináveis ao povo africano.

Tudo isso forma uma história triste, mas agora devemos estar preparados para enfrentar o passado com suas memórias desagradáveis e olhar para o futuro. Tudo o que pedimos às antigas potências coloniais é sua boa vontade e cooperação para remediar os erros e injustiças do passado e conceder independência às colônias na África?

Pela primeira vez, foi apresentada a hipótese de que a luta de libertação, caso falhasse no nível político, recorreria ao conflito armado. Esse congresso contou com a participação de uma geração de africanos que, mais tarde, seriam os líderes da luta de libertação nos seus países, como Kwame Nkrumah, Jomo Kenyatta e Nandi Azikiwe, do Gana, Quênia e da Nigéria, respectivamente. O mesmo congresso marcou o início de maior influência dos africanos no movimento Pan-africanismo, comparativamente ao que havia sucedido desde os seus primórdios.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, há o surgimento de duas grandes potências: os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Inicialmente, tem-se a hegemonia americana graças à exclusividade de possuir armas nucleares, no entanto, em 29 de agosto de 1949, a União Soviética detona a sua primeira bomba nuclear, bipolarizando o período da história do século XX conhecido como Guerra Fria – compreendendo o período que abrange a Doutrina Truman de 1947 até a dissolução da União Soviética em 1991. Portanto, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) reforçou o papel dos Estados

7 Em outubro de 1945, 90 representantes de diferentes partes do mundo se dirigiram a Manchester, na Inglaterra, para debaterem o futuro da África. “O que foi o movimento pan-africano?”. In: *Revista Super Interessante*. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/africa-para-os-africanos/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

Unidos da América do Norte (EUA) e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que se projetou para além do universo da Europa imperial. Cada uma dessas superpotências iniciou uma pressão junto aos países colonizadores com o intuito de conduzi-los a desmantelar os seus impérios, isso dentro da lógica de que as superpotências possuíam seus próprios objetivos imperialistas para o pós-guerra.⁸

Com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, essa Instituição passou a ser o centro de debates e petições sobre o processo de descolonização⁹. A Resolução 1514 (XVI) da Assembleia Geral, de 14 de dezembro de 1960¹⁰, vem diretamente abordar o tema e vai de encontro aos interesses do Governo de Salazar sobre suas colônias na África, principalmente no que a Resolução proclama:

Considerando o importante papel que corresponde às Nações Unidas como meio de favorecer o movimento em prol da independência em territórios ocupados e em territórios não autônomos. Reconhecendo que os povos do mundo desejam ardentemente o fim do colonialismo em todas as suas manifestações. Convencida que a continuação do colonialismo impede o desenvolvimento da cooperação econômica internacional, dificulta o desenvolvimento social, cultural e econômico dos povos dependentes e age contra o ideal de paz universal das Nações Unidas. Afirmando que os povos podem, para seus próprios fins dispor de suas riquezas e recursos naturais sem prejuízo das obrigações resultantes da cooperação econômica internacional, baseada no princípio do proveito mútuo e do direito internacional. Acreditando que o processo de liberdade é irresistível e irreversível e que a fim de evitar crises graves, é preciso pôr fim ao colonialismo e a todas as práticas de segregação e discriminação que o acompanham. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1960).

A criação dos “Não Alinhados” com a conferência de Bandung, em 1955, na Indonésia, constituiu uma grande alavanca para o processo de descolonização no continente africano. Além de procurar um distanciamento das duas superpotências, essa organização se posicionou ao lado dos povos africanos sob dominação colonial e exerceu pressão, nos fóruns internacionais, em prol da libertação política desses povos. Na Segunda Conferência dos “Não Alinhados”, em 1961, na cidade de

8 MAZRUI, 2010, p. 133.

9 Ibidem, p. 133-134.

10 Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. “Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais – 1960”. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Bem-estar-Paz-Progresso-e-Desenvolvimento-do-Social/declaracao-sobre-a-concessao-da-independencia-aos-paises-e-povos-coloniais.html>. Acesso em: 1 jun. 2020.

Belgrado, na antiga Iugoslávia, houve uma oficialização formal do grupo e foi criado o termo Terceiro Mundo, incluindo os países latino-americanos.

Esses acontecimentos pós-Segunda Guerra Mundial fizeram recrudescer o nacionalismo, que impulsionou vários movimentos de libertação na Ásia e na África. Neste artigo, interessa o caso moçambicano, que incorporou aspectos raciais e étnicos, e ideologias de esquerda, considerando que alguns dos nacionalistas tinham militado em organizações com influência da esquerda portuguesa (por exemplo, o Partido Comunista Português). Ao juntar elementos de diversas origens étnico-linguísticas, o sistema colonial contribuiu para que se desenvolvesse neles a consciência de colonizado e se unissem em torno da mesma causa (sofrimento que o sistema lhes infligia). O nacionalismo também foi influenciado pelos acontecimentos nos países vizinhos de expressão anglófona, em que a luta de libertação alcançou o patamar político, tendo sido, muitas vezes, traduzido em jornadas de luta conduzidas por sindicatos.

Esse tipo de luta de libertação influenciou alguns nacionalistas moçambicanos que vivenciaram essa realidade e ali aprenderam a fazer política. O nacionalismo moçambicano incorporou várias tendências políticas que impactaram nas organizações nacionalistas – a União Nacional Africana de Moçambique (MANU), a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI) e, mais tarde, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Os movimentos de libertação eclodiam em toda a África, multiplicavam-se. Novas nações surgiam e algumas faziam fronteira com as Províncias Ultramarinas Portuguesas, gerando reflexos imediatos tanto para Portugal, quanto para os movimentos de libertação existentes em suas Províncias Ultramarinas – a exemplo do Congo, que se tornou independente em 1960. Logo o regime da nova nação começou a apoiar a União das Populações de Angola (UPA)¹¹, inclusive permitindo-lhes uma estação de rádio e campo de treinamento; posteriormente, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)¹² formou sua ala militar também com sede no Congo (CANN, 2005). Em 1961, Tanganica¹³ (uma colônia britânica) tornou-se independente como Tanzânia, possibilitando abrigo para as tropas da FRELIMO¹⁴.

11 UPA – União dos Povos de Angola 1961. A UPA, num ataque tribal, deu origem a um massacre de populações brancas e trabalhadores negros naturais de outras regiões de Angola.

12 Quando se fala da retaguarda dos movimentos de libertação angolanos, há de ser ressaltado o seguinte: o MPLA tinha como retaguarda o Congo Brazzaville, ex-Congo francês; a União dos Povos de Angola (UPA), que mais tarde se transformou em Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), tinha o apoio do Congo Kinshasa, ex-Congo belga; a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), criada em 1966 por Jonas Malheiro Savimbi, dissidente da FNLA, teve, durante algum tempo, apoio da Zâmbia (nota do autor).

13 O território de Tanganica foi colônia alemã até o final da Primeira Guerra Mundial. Depois do tratado de Versalhes passou a fazer parte das colônias britânicas em África. Nota do autor.

14 FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique. Fundada em 1962.

Em face dos novos desenvolvimentos da política internacional, Portugal, como potência colonial, viu-se obrigado a reformular os fundamentos da sua política em relação às suas colônias, passando a serem designadas de “província” e, no campo ideológico, socorreu-se da teoria do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, denominada lusotropicalismo, explícita em seu livro *O luso e o trópico*. A natureza fascista do regime do Estado Novo e o fato de as províncias fazerem parte do Portugal uno e indivisível tornavam-nas, contudo, inalienáveis.

Nos sonhos do Império, António Salazar imaginava uma nação, cuja extensão ia do “Timor ao Tejo”, um território indivisível onde tudo era Portugal. Essa indivisibilidade e inalienabilidade das províncias ultramarinas eram caracterizadas por uma atuação que não permitia que se desenvolvesse uma nesga de atividades políticas em nível interno, o que teria contribuído para extremar as opções de luta dos movimentos nacionalistas que emergiram nas denominadas províncias ultramarinas, dando origem às chamadas lutas armadas de libertação nacional para a conquista da independência.

As ações políticas de António Salazar também inibiam as ações políticas de colonos brancos e um dos seus instrumentos de coerção era a sua temida Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), criada em 1945. Quando Marcelo Caetano¹⁵ chega ao poder em 1968, sabendo da péssima imagem da PIDE junto aos portugueses de modo geral, ele a dissolve e cria, oficialmente, a Direção-Geral de Segurança (DGS) em 1969. A Polícia Secreta Portuguesa, no entanto, continuou a ser conhecida como PIDE/DGS, de relevante atuação nas Províncias Ultramarinas Portuguesas. Em Moçambique, a PIDE/DGS tinha uma sede em Maputo (então Lourenço Marques), no local chamado Vila Algarve, segundo o jornal português Diário de Notícias, de 18 de março de 2015:

Pela cadeia da PIDE passaram muitos nacionalistas moçambicanos, na maioria membros da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) que, até 1974, desencadeou uma guerra de libertação contra o colonialismo português. Entre os detidos mais famosos contam-se o pintor Malangatana Valente Ngwenya e o poeta José Craveirinha.¹⁶

15 O Professor Marcelo Caetano ascendeu à chefia do governo do Estado Novo em 1968 após um acidente cardiovascular que o então Presidente do Conselho de Ministros, Professor António Salazar, havia sofrido. Ressalta-se que o Professor Marcello Caetano havia chefiado o Ministro do Ultramar na década quarenta do século XX. Nota do autor.

16 Jornal Diário de Notícias. “Antiga sede da PIDE em Maputo transformada em museu”. Disponível em: <https://www.dn.pt/portugal/antiga-sede-da-pide-em-maputo-transformada-em-museu-4460363.html>. Acesso em: 1 jul. 2020.

3 GUERRAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL NAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS PORTUGUESAS – O CASO DE MOÇAMBIQUE

As ações dos movimentos nacionais de libertação das Províncias Ultramarinas Portuguesas fizeram com que, entre os anos de 1961 e 1974, Portugal realizasse três campanhas simultâneas na Guiné-Bissau, em Angola e Moçambique. Portugal é um dos 12 membros fundadores da Organização do Tratado do Atlântico Norte, a OTAN, aliança militar entre os países norte-americanos e europeus, instituída pelo Tratado de Washington, em 4 de abril de 1949. Graças a isso, tinha um acesso considerável a armamentos e a equipamentos considerados sobras de guerra, além da facilidade de compra de armamentos por toda a Europa e entre os países membros.

A contestação armada à dominação colonial portuguesa na África ultramarina portuguesa iniciou em 4 de fevereiro de 1961, em Angola. Nesta ação especificamente da UPA, muitos dos insurgentes não tiveram treinamento de guerrilha e eram recém-alistados nas diversas tribos, principalmente Bakongo¹⁷, que tinha uma crença animista em espíritos e forças sobrenaturais e muitos insurgentes levaram isso para a guerra. Eles julgavam-se imortais e acreditavam que, esfregando uma substância mágica na pele, feita pelos feiticeiros da tribo, conhecida como “milongo”, balas seriam transformadas em água¹⁸. Os guerrilheiros sobreviventes da UPA se retiraram para o Congo ou para a zona norte de Luanda. Após sua derrota na revolta de 1961, a UPA mudou seu nome para Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), em 27 de março de 1962 (CANN, 2005, p. 55).

O conflito na África portuguesa, que se iniciou com a ação da UPA em 1961, foi a primeira grande guerra de Portugal desde a Primeira Guerra Mundial, pois Portugal se manteve neutro durante toda a Segunda Guerra Mundial. Inicialmente, o conflito foi de pequena escala, sendo realizada uma convocação de portugueses, em sua maioria da metrópole, para reforçar os quadros militares.

A primeira ação de contrainsurgência era estruturada dentro de uma doutrina tradicional, estabelecendo uma defesa por quadrícula, uma divisão territorial na qual uma unidade da proporção de um Batalhão, em torno de 200 homens, era responsável pela defesa e controle da área a ele determinada (quadrícula). O Batalhão responsável pela quadrícula era responsável pela gestão de postos avançados, organização de comboios e realização de patrulhas, objetivando localizar na área

17 Os Bakongo de Angola são os povos que pertenceram ao antigo estado do Kongo, que nos escritos historiográficos é o Estado do Kongo, com sede em Mbanza-Kongo, hoje capital da Província do Zaire. Na atualidade, os Bakongo de Angola encontram-se repartidos no Noroeste do país nas Províncias de Cabinda, Uíge e Zaire. In: “Os bakongo em angola: história e cultura”. Disponível em: <http://wizi-kongo.com/historia-do-reino-do-kongo/os-bakongo-em-angola-historia-e-cultura/>. Acesso em: 4 jul. 2020.

18 A crença animista nos poderes mágico-religiosos criou algumas situações militares interessantes. Chaliand (1967, p. 116) dá três exemplos das ações da UPA de 1961 em Angola. Vejamos um deles: um grupo de UPA acreditava que um avião português era o seu espírito/líder (chamado MbutaMuntu), orientando-os e trazendo boas novas. As bombas portuguesas mudaram essa visão.

da quadrícula pequenos grupos de insurgentes. Nesse início do conflito, ambos os lados utilizavam a tática de emboscadas. Os insurgentes, com maior conhecimento inicial do terreno, buscavam atingir os comboios de mantimentos e as patrulhas portuguesas¹⁹; e as incursões das tropas portuguesas tentavam emboscar os grupos insurgentes.

Até 15 de abril de 1961, os efetivos metropolitanos destacados em Moçambique contabilizavam quatro companhias de caçadores, uma denominação histórica do Exército Português para “companhia de infantaria”, que totalizavam 692 homens. No princípio do ano seguinte, a província já contava com 5.848 homens nas forças armadas, distribuídos da seguinte forma: em maio, 340; em junho, 1.523; em julho, 1.243; em agosto, 839; em outubro, 1.203 (isso no ano de 1961); e em janeiro, 700.²⁰ No entender das autoridades militares, mais valia fazer um esforço inicial, que desanimasse os inimigos a tomarem a iniciativa, que enviar mais tarde para pôr termo a qualquer revolta que eclodisse devido à fraqueza das forças militares portuguesas.

No final de 1961, a maioria do efetivo dos soldados em Moçambique era oriunda do recrutamento realizado na Metrópole.²¹ Para os segmentos mais conservadores do regime do Estado Novo, a presença do africano nas Forças Armadas Portuguesas (FAP) era encarada com suspeição, porque todo negro era visto como um possível terrorista (“turra”, segundo a mídia ligada ao regime).²² Entretanto essa política de recrutamento, exclusivamente metropolitana, foi se mostrando insuficiente em relação às demandas da guerra.

O discurso do Presidente do Conselho de Ministros, Professor Doutor António de Oliveira Salazar, proferido em 12 de agosto de 1963, foi explícito em termos da posição do regime do Estado Novo sobre a política colonial, ressaltando a defesa dos territórios que constituíam Portugal até o limite dos elementos humanos e dos recursos, se as ameaças fossem convertidas em atos de guerra.²³

19 Apesar de não combater os portugueses, as instruções de campanha da Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO), de 10 de maio de 1966, ilustram os objetivos e as táticas de grupos insurgentes (MORRIS, 1974). As instruções abrangem:

- destruição de postos policiais, pontes, estrada de ferro, estradas;
- incêndio em postos de gasolina e bases de abastecimento, rádio e telefone;
- sabotagem de usinas;
- ataques contra bases militares;
- roubo de dinheiro dos bancos e diamantes;
- liquidação de policiais, comandantes do exército e “colaboracionistas” (por exemplo, chefes hostis);
- ataques aos agricultores (fazendeiros) brancos e funcionários brancos.

20 AOS/CO/PC – 78 j, Pt. 6, Presidência do Conselho – Secretariado-Geral da Defesa Nacional, Política militar e sua concretização em relação ao ultramar, a partir de 15 de abril de 1961, p. 10.

21 RODRIGUES, 2013, p. 65.

22 Ibidem, 2013, p. 65.

23 SALAZAR, António Oliveira. Declaração sobre política ultramarina. In: *Boletim geral do Ultramar*. Ano 39, nº 458/460, agosto/setembro/outubro de 1963, p. 33.

No contexto de ações preventivas, em 23 de maio de 1963, o regime do Estado Novo expediu, para os governos dos distritos, o ofício Nº 1702, por meio do qual solicitava o envio da relação dos feiteiros mais influentes de cada posto administrativo no intuito de reforçar a relação com esses membros da elite tradicional.²⁴ É óbvio que precisaria da intervenção dessa elite para mobilizar a população a não ter contato com os nacionalistas.

Em Moçambique, a luta armada de libertação nacional para a conquista da independência iniciou em 25 de setembro de 1964. Nesse ano, o recrutamento local representava 43,9% de um efetivo de 18.049 homens, ou seja, 7.917 homens. Um ano antes de a guerra terminar, isto é, em 1973, o percentual era de 53,6% de 51.463 homens no total de efetivos, perfazendo 27.572 homens.²⁵ Como se pode constatar, o recrutamento local foi se tornando importante no decorrer do conflito. A guerra iniciada opunha os guerrilheiros do movimento nacionalista, a Frente de Libertação de Moçambique e as Forças Armadas Portuguesas.

No boletim de difusão de informações dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique (SCCIM), de 11 de outubro de 1965, constava a existência de 35 mil homens e 15 mil agentes da polícia bem equipados no terreno a enfrentarem as forças da guerrilha. Acrescentava já terem morrido cerca de 800 soldados portugueses, sem especificar em que circunstâncias haviam ocorrido as mortes.²⁶ Aventa-se a possibilidade de a maioria desses soldados ter morrido em consequência de emboscada e acionamento de minas, pessoal e anticarro.

Após os acontecimentos em Angola no ano de 1961, diversos movimentos de libertação em Angola, Moçambique e Guiné Bissau optaram pela luta armada e pelo alistamento de voluntários e treinamento antes do combate, contando, para isso, com apoio internacional. Eduardo Mondlane, líder da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), em entrevista ao “Times de Ceilão”, do dia 10 de fevereiro de 1967, afirmava que a FRELIMO iniciou a sua revolução com 250 homens treinados e organizados em grupos de guerrilha, cuja constituição oscilava entre 5 a 12 homens. À data da entrevista, a FRELIMO já contava com 7 mil homens armados e outras 3 mil milícias, que serviam às forças de guerrilha em diversas tarefas.²⁷ Além do efetivo local e a disposição dos que lutavam pela independência.

Os movimentos de guerrilha pela independência das colônias portuguesas foram programados com o apoio de consultores de diversas origens (predominantemente da URSS, da Alemanha Oriental ou de Cuba), uma estrutura

24 SCCIM, n.º 1447, cx-223.

25 GARCIA, 2001, p. 123.

26 Boletim de difusão de informações dos SCCIM, nº 456/65, processo L/13, de 11 de outubro de 1965, SCCIM, nº 1356, p. 5.

27 Jornal “Times of Ceylon”, entrevista de Eduardo Mondlane, de 10 de fevereiro de 1967, MU/GM/GNP/105.

de enquadramento ideológico e revolucionário da população apoiada em formação e ajuda médica para a população e os combatentes, em educação e alfabetização de grupos e em organização de um recrutamento voluntário para a luta armada.

Graças à atividade de consultores do Bloco Socialista²⁸, os movimentos armados pela independência geralmente seguiam as diretrizes estabelecidas por Mao Tse-Tung na China, que se expandiram com a guerra civil Chinesa em 1948 e com a ação do general Vo Nguyen Giap no Vietnã (CANN, 2005). Essa doutrina de guerra de insurgência estabelece cinco fases de ação para a vitória em um movimento insurgente, embora a fronteira entre algumas fases seja bastante teórica. Davidson (1981, p. 35) descreve cinco fases de recrutamento e organização insurgente: “1. Fase preparatória; 2. Fase de agitação; 3. Terrorismo e fase de ação de guerrilha; 4. Subversivo, fase ‘formação do Estado rebelde’; e 5. Fase final”.

A mudança da lógica militar que privilegiava o recrutamento de soldados metropolitanos foi motivada por fatores, como reduzir os custos da guerra, considerando que a Formação de soldados locais era menos dispendiosa que o envio de militares de Portugal para a África; por outro lado, havia, também, a necessidade de superar as dificuldades de adaptação, sobretudo físicas, que os soldados de Portugal enfrentavam após a sua chegada a Moçambique.²⁹ Apesar de todos os óbices e por causa deles, a abordagem e as soluções portuguesas para o conflito tinham de ser distintas na medida em que buscavam combinar a estratégia nacional para a guerra em três frentes. Uma dessas frentes deveria conter o custo da guerra aplicando a repartição dos encargos para as Províncias Ultramarinas (colônias), a segunda deveria conquistar corações e mentes e a terceira era a solução favorável no campo de batalha³⁰. Ao alistar soldados africanos nativos, o esforço de guerra português visava a um objetivo político e a um objetivo militar: o político consistia em demonstrar que muitos combatentes eram nativos africanos e pró-Portugal e que a luta dos movimentos nacionalistas não tinha o apoio unânime da população local; já o objetivo militar era de que o combatente africano nativo tinha o conhecimento amplo do terreno, o que o combatente oriundo da metrópole demorava a adquirir. Como narra Fátima Rodrigues (2016, p. 90):

28 Documentos insurgentes eram, geralmente, em português, que era sua única linguagem comum e única linguagem escrita. Equipamento capturado, indicando o tipo e o montante do apoio estrangeiro, atingindo os insurgentes.

29 RODRIGUES, 2012, p. 111.

30 No final de 1972, o General de Arriaga, comandante-chefe em Moçambique, diz “pensei que era só uma questão de tempo antes que Portugal venceu a guerra em Moçambique” (MORRIS, 1974). Sua definição de “ação” é indicativa:

- a detecção imediata pelas forças portuguesas de qualquer infiltração do outro lado das fronteiras;
- a neutralização ou a destruição do grupo infiltrado dentro de uma questão de dias ou até mesmo horas.

Neste regime de discursividade e de visibilidade, transmite-se uma imagem de cumplicidade dos africanos em relação à defesa de Portugal nos territórios em guerra, imagem que se manifesta muito particularmente nos prêmios e nas condecorações que receberam ao longo da guerra e nas homenagens e cerimónias nas quais participaram. Uma dessas situações foram os prêmios dos governadores de Angola, de Moçambique e da Guiné. Esses prêmios, consistindo na oferta de uma viagem a Portugal, eram destinados a qualquer cidadão, civil ou militar, destacado pelas suas ações de apoio a Portugal. Muitos dos que obtiveram esse prêmio eram de origem africana e, entre eles, muitos eram militares.

A africanização das fazia parte da estratégia que consistia na conquista das populações locais, um dos princípios das teorias da chamada guerra subversiva. O soldado africano podia se introduzir no seio da população nativa sem levantar suspeitas devido ao fato de pertencer a mesma etnia ou proximidade cultural. Também constituía um objetivo político e ideológico que atestava o Portugal pluricontinental e o multirracial.

A incorporação de soldados africanos no exército colonial português contribuía para o “aportuguesamento” dos africanos, o que equiparava o serviço militar ao papel desempenhado pela religião católica em Moçambique. Portanto o recrutamento para as Forças Armadas Portuguesas (FAP) funcionava como fator de mobilidade para a ascensão social do africano, porque, ao ingressar nas FAP, ele podia aprender a falar e ler na língua de Luís de Camões e ter uma profissão, terminado o período de cumprimento da missão. Era necessária, para Portugal, uma nova estratégia³¹ de luta nas FAP. Para a vitória, além da ação militar, seria necessário conquistar “Corações e Mentes”, para tanto urgia reestruturar sua organização em Moçambique, doutrinariamente. Para Davidson (1981, p. 47), os portugueses estabeleceram um *slogan* para dirigir suas operações: “Localizar, Imobilizar e Atacar”. Em outras palavras: rastrear os insurgentes, mantê-los no lugar e, então, eliminá-los.

Nas FAP havia sido estabelecida uma fixação em atacar os insurgentes, no entanto percebeu-se, rapidamente, que tinham também de se organizar para proteger as cidades, povoados, bases, comunicações e a sua estrutura logística baseada em comboios (MORRIS, 1974). Isso explica o desequilíbrio de força durante a guerra. O jornalista Al J. Venter cita um inspetor da PIDE/DGS, em 1973, dizendo: “O pior erro que

31 A guerra que Portugal enfrentou nas chamadas províncias ultramarinas era contra os movimentos nacionalistas e independentistas. Esses movimentos adotaram a guerra de guerrilha, cujo combate requeria a combinação da ação militar e o trabalho de mobilização política com vistas a conquistar as populações para o lado das Forças Armadas Portuguesas (nota do autor).

você pode fazer em uma guerra de guerrilha é concentrar todas as suas forças em uma área, porque os guerrilheiros simplesmente mudam para outro. Fizemos esse erro em Cabo Delgado, e agora estamos pagando por isso em Tete” (VENTER, 2015, p. 52).

Entre os anos de 1970 e 1974, enquanto as tropas portuguesas tinham uma estrutura militar considerável, tendo de cumprir vários objetivos, a FRELIMO tinha uma divisão de forças de combate – uma de tempo integral de combate para a guerra móvel sob forte disciplina, também inicialmente pequena em números de luta pessoal. Os componentes ainda usam táticas de guerrilha, mas utilizam armamentos mais sofisticados, como pequenos morteiros, calibre 60 milímetros e em média 82 milímetros. Outra formada por milícias a tempo parcial para a defesa puramente localizada, principalmente de zonas libertadas e desenvolvimento de forças móveis, com a adição de unidades especializadas em morteiros, artilharia; desenvolvimento de milícias (CANN, 2005, p. 65).

No decorrer da guerra de libertação (guerra colonial, terrorismo, guerra subversiva), o Estado colonial português foi recrutando moçambicanos para as FAP, conforme apresentado no seguinte quadro:

Quadro 1 - Crescimento Efetivo Militar Português em Moçambique

Ano	Soldados recrutados
1961	3.000
1962	3.000
1963	5.003
1964	7.917
1965	9.701
1966	11.038
1967	11.557
1968	13.898
1969	15.810
1970	16.079
1971	22.710
1972	24.066
1973	27.572

Fonte: Resenha histórico-militar das campanhas africanas (1961-1974), 1º volume, p. 261

No dia 31 de março de 1970, assumiu as funções de comandante-chefe o General Káulza de Arriaga. Sua política de contenção do adversário se estabeleceu em duas linhas de ação simultâneas: a intervenção política e a intervenção militar. Para tanto, promoveu a renovação dos oficiais superiores iniciando uma reorganização estratégica. Aceitando que existiam áreas sobre o controle dos insurgentes, o General muda a estratégia de defesa por quadrícula, com tropas estacionadas, e desloca tropas para reforçar áreas estratégicas, como a área da represa de Cahora Bassa, na província do Tete, sob o controle português; ele põe em prática uma nova doutrina de força de intervenção móvel, pronta para operar em qualquer ponto do território, subordinada ao Comando Central. As áreas controladas pela FRELIMO sofreram operações ofensivas de limpeza e desarticulação do inimigo. O incremento nas forças de intervenção de tropas especiais, de comandos, brancos e africanos, paraquedistas, incluía o bombardeamento de bases inimigas em países vizinhos, negando-se ao inimigo abrigos.

Com General Káulza de Arriaga, foram criados os Grupos Especiais (GE) e os Grupos Especiais Paraquedistas (GEP). Estes tinham a sua instrução própria que os preparava para serem lançados de paraquedas em qualquer terreno, o que tornava as suas missões ainda mais arriscadas. A ação de reconhecimento aéreo, feita muitas vezes por aviadores civis, conduziu os paraquedistas para o enfrentamento dos grupos insurgentes. Entre 1979 e 1974 todos os elementos eram africanos, com exceção dos comandantes do grupo, que poderiam sê-lo também.³² Já os Grupos Especiais (GE) eram compostos, na totalidade, por africanos (incluindo oficiais) e, na quase totalidade, por dissidentes da FRELIMO com experiência de guerrilha. Esses GE não constituíam tropas de elite, como os GEP.³³ Eles eram recrutados entre voluntários que saíam da população de uma zona étnica específica e que, após a instrução militar, regressavam a sua zona de origem em missões com características de contraguerrilha.³⁴ Portanto a criação das forças especiais indicadas contribuiu para a africanização das FAP e, também, da própria guerra de libertação.³⁵

General Káulza de Arriaga também foi o impulsionador da criação da política dos aldeamentos: aldeias cercadas de arame farpado e guarnecidas por milícias, como medida para impedimento do contato com os elementos da guerrilha

32 MESQUITELA, 2014, p. 227.

33 Ibidem, 2014, p. 227.

34 GARCIA, 2001, p. 123.

35 Amorim, 2017, s/p.; COSTA, Marcus de Noronha. Relatórios secretos do fim do império – Moçambique 1973-1974. Disponível em: <http://www.cidadevirtual.pt/k.arriaga/entrevista.html>. Acesso em: 23 dez. 2019.

da FRELIMO, em que a população era forçada a residir.³⁶ Nos aldeamentos, as populações ficavam junto do seu regedor (régulo), mas em cada aldeamento existia mais de um regedor que o Estado colonial juntava no mesmo espaço.³⁷ As milícias (força de proteção) tinham como missão principal preservar a manutenção da ordem instituída em uma determinada área administrativa.³⁸ A disciplina no seio dessa força era, contudo, fraca, como atesta este excerto.

Confirma-se que [os milícias] não cumprem com o seu dever: passam a maior parte do tempo a beber pome e a vaguear, deixando as suas armas em casa [...]. Ameaçam o régulo, que é obrigado a retirar campos prontos a colher aos seus proprietários civis para os entregar aos milícias. Em conclusão, a unidade de milícias não ajuda a população do Sungo. Pelo contrário, causa sérios problemas entre o régulo e a sua população (COELHO, 2003, p. 180).

Esse tipo de aldeia existiu nas zonas em que a luta armada se fez sentir.³⁹ Também existiram os denominados milícias de intervenção (depois, guardas rurais), cuja missão era combater os guerrilheiros da FRELIMO.⁴⁰

As primeiras unidades especiais mencionadas começaram a ser espalhadas em 1973 pelo terreno.⁴¹ Os Flechas, uma experiência de alistamento bem-sucedida, organizada em 1967 pelo inspetor Óscar Cardoso, agente da PIDE/DGS, começaram a ser introduzidos no início de 1974, quando a guerra estava prestes a terminar.⁴² As suas armas eram flechas envenenadas (daí a designação); mais tarde, porém, aderiram às armas de fogo. Essa força especial obedecia à PIDE/DGS, polícia política do regime. A experiência foi trazida de Angola, onde a PIDE criou essa força por meio da incorporação de guerreiros bosquímanos, do sul dessa província. O modo de vida dos bosquímanos assentava sobre a caça, atividade econômica que havia contribuído para desenvolver neles a habilidade de identificar e perseguir os animais por meio de suas pegadas. Essa habilidade dos bosquímanos foi bem aproveitada pela PIDE/DGS na perseguição aos nacionalistas angolanos nas zonas operacionais.⁴³

36 AMORIM, 2017, s/p.

37 CORRÊA, S.; HOMEM, E., 1977, p. 24.

38 GARCIA, 2001, p. 123.

39 COELHO, 2003, p. 186.

40 GARCIA, 2001, p. 123.

41 COELHO, 2003, p. 187.

42 IBIDEM, 2003, p. 187.

43 RODRIGUES, 2012, p. 144.

4 A SITUAÇÃO DOS “COMPROMETIDOS” COM O SISTEMA COLONIAL PORTUGUÊS APÓS A INDEPENDÊNCIA

Em Moçambique, os “comprometidos”⁴⁴ foram objeto de “exposição” pela afixação das suas fotos nas empresas, nas instituições públicas e em lugares públicos; outros foram submetidos a um processo de “purificação” nos centros de reeducação que a FRELIMO criou para esse fim. Houve também “comprometidos” que fugiram e foram juntar-se à Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), na então Rodésia do Sul (hoje Zimbabue). O processo de “purificação” dos “comprometidos” encerrou em 1982, quando a liderança da FRELIMO se reuniu com esse grupo social e, em seguida, instruiu os secretários dos comitês provinciais do partido que encabeçassem a campanha de retirada das fotos nas empresas e nas instituições públicas.

O número de efetivos africanos nas FAP em Moçambique foi mais elevado comparativamente aos de Angola e da Guiné. Para a FRELIMO, essas forças constituíam uma ameaça ao futuro regime do novo Estado.⁴⁵

5 CONCLUSÃO

A História Militar no Atlântico Sul, durante a segunda metade do Século XX, teve na Guerra Colonial Portuguesa um objeto *de estudo* que ainda deve ser aprofundado. Não obstante estes estudos permitiram uma reflexão na Escola Superior de Guerra (ESG) sobre guerra de insurgência perante este quadro militar.

O Governo português, para manter suas colônias chamadas de províncias ultramarinas, utilizou-se de várias estratégias, entre elas a africanização de suas forças armadas, o que resultou em um prolongamento do conflito na África. O movimento de 25 de abril de 1974, com a derrubada de Marcelo Caetano, também coloca fim ao esforço militar português, abrindo caminho para o reconhecimento de independência de suas antigas colônias.

O recrutamento local, para além de responder a interesses político-ideológicos, econômico-financeiros e estratégicos, reforçava os argumentos de “manutenção” da província, tornando o conflito mais africanizado e alargando o leque de africanos com instrução militar. Muitos desses africanos que lutaram do lado português vão aderir, como voluntários, a movimentos contra os novos estados estabelecidos ou, entre 1974 e 1985 como voluntários, nos batalhões da África do Sul e da antiga Rodésia.

44 “Comprometido” foi a designação atribuída àqueles que haviam pertencido a instâncias coloniais de repressão, como a Polícia Internacional e Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS), Grupo Especial (GE), Grupo Especial Paraquedista (GEP), Organização Provincial de Voluntários de Defesa Civil (OPVDC) e Comandos. Relatório da Comissão Nacional de Eleições, 1978, p. 51-54; Documento de informação do Centro de Documentação e Informação de Moçambique (CEDIMO), 1979, p. 85.

45 RODRIGUES, 2013, p. 68.

Portugal saiu do continente africano com resultado a proclamação das independências das chamadas províncias ultramarinas, que ocorreram nas seguintes datas: a 24 de setembro de 1973, o Partido Africano, para a independência da Guiné e Cabo Verde, proclamou, unilateralmente, a independência da Guiné, em Madina Boé. A 25 de junho de 1975, a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) proclamou a independência de Moçambique, em Maputo. A 5 de julho de 1975, o PAIGC, Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, proclamou a independência de Cabo Verde, na cidade da Praia. A 12 de julho de 1975, o MLSTP, Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, proclamou a independência de São Tomé e Príncipe, em São Tomé; e em 11 de novembro de 1975, o MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola, proclamou a independência de Angola, em Luanda. Constituindo-se, assim, o fim do Império Colonial português em África.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Bruno Manuel Magalhães. *O papel dos GEP em Moçambique de 1971 a 1974*. Lisboa: Academia Militar, 2017.

MINISTERIO DO ULTRAMAR, Presidência do Conselho – Secretariado-Geral da Defesa Nacional. Política militar e sua concretização em relação ao ultramar, a partir de 15 de abril de 1961, p. 10.

BERNARDO, Manuel Amaro. *Combater em Moçambique: guerra e descolonização 1964-1975*. Lisboa: Prefácio, 2003.

CANN, John P. *Contra-Subversão em África: como os portugueses fizeram a guerra em África - 1961-1974*. Lisboa: Prefácio, 2005.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DE MOÇAMBIQUE. *Documento de informação*. Moçambique: CEDIMO, 1979.

COELHO, João Paulo Borges. Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonialviolenta – Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas. In: *Lusotopie*, [S.l.: s.n.], 2003. p. 175-193.

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES (Moçambique). *Relatório*. Moçambique: CNE, 1978.

CORRÊA, S.; HOMEM, E. *Moçambique: primeiras machambas*. Rio de Janeiro: Margem Editora, 1977.

COSTA, Marcus de Noronha. *Relatórios secretos do fim do império: Moçambique 1973-1974*, Lisboa Editora Fonte da Palavra, 2013 .

DAVIDSON, Basil. *The Liberation of Guiné*. Harmondsworth: Penguin Book, 1969.

GARCIA, Francisco Proença. *Análise Global de uma Guerra: Moçambique, 1964-1974*. Lisboa: Prefácio, 2003.

MAZRUI, Ali. A. Procurai primeiramente o reino político. In: MAZRUI, Ali A.;

WONDJI, Christophe (org.). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília, DF: UNESCO. 2010. p. 125-149.

MENESES, Filipe Ribeiro de. Salazar : biografia definitiva. São Paulo: Yeda Ed., 2011.

MESQUITELA, Clotilde. *Moçambique 7 de setembro de 1974: memórias de uma revolução*. Lisboa: Branco Editores, 2014.

MONDLANE, Eduardo. Guerra de Libertação. Entrevistado: Eduardo Mondlane. *Times of Ceylon*, Sri Lanka, 10 Feb. 1967.

MORRIS, Michael. *Terrorism: the first full account in detail of terrorism and insurgency in Southern Africa*. [Cape Town]: Howard Timmins, 1971.

NKRUMAH, Kwame. Eu falo de Liberdade. O socialismo africano revisitado. In:

MANOEL, Jones; FAZZIO, Gabriel Landi (org.) *Revolução Africana: uma antologia do pensamento Marxista*. São Paulo, Autonomia Literária, 2019. p. 103-115.

NAÇÕES UNIDAS. *Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral de 14 de dezembro de 1960*. [Rio de Janeiro]: ONU, [201-]. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Bem-estar-Paz-Progresso-e-Desenvolvimento-do-Social/declaracao-sobre-a-concessao-da-independencia-aos-paises-e-povos-coloniais.html>. Acesso em: 1 jun. 2020.

RODRIGUES, Fátima da Cruz. *Antigos combatentes africanos das FAP: a guerra colonial como território (re)conciliação*. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012.

RODRIGUES, Fátima da Cruz. A desmobilização dos combatentes africanos das Forças Armadas Portuguesas (FAP) da guerra colonial (1961-1974). *Ler História*, Coimbra, n. 65, p. 61-76, 2013.

RODRIGUES, Fátima da Cruz. O Modo Luso-Tropical de Fazer Ver a Guerra. *Revista Brasileira de História da Mídia*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 85-94, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4519/2658>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SALAZAR, António Oliveira. Declaração sobre política ultramarina. *Boletim geral do Ultramar*, [Lisboa], ano 39, n. 458/460, p. 33, ago./out. 1963.

SERVIÇOS DE CENTRALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES (Moçambique). *Boletim de difusão de informações*, Moçambique, n. 1356, p. 456-65, 11 out. 1965.

SERVIÇOS DE CENTRALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÕES (Moçambique). *Boletim de difusão de informações*, Moçambique, n. 1447, [20--].

SHUBIN, Vladimir. *The Hot "Cold War", The USRR in Southern Africa*. University of Kwazulo – Natal Press. South Africa, 2008.

VENTER, AL J. *Portugal e as Guerrilhas de África*. Lisboa: Clube do Autor, 2015.

Recebido em: 13 mar. 2020

Aceito em: 29 set. 2020